



ATA 02/2021

Aos nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas, realizou-se no auditório da Junta de Freguesia da Nazaré e em simultâneo através de videoconferência, por força das atuais contingências do surto pandémico coronavírus COVID-19, a sessão ordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida por José António Ramalhal Lopes e secretariada por Valter José Lameiro Soares e Maria Celeste Ferreira Cardador.-----

Além dos membros da mesa, fizeram parte da sessão os Senhores José Alexandre Serra Sales, António de Sousa Pimenta, Luísa Maria Ricardo Alves, Ricardo António Mafra Germano Esgaio, Sílvia Alexandra Rato Fonseca Gomes, Milton Hugo Mafra Estrelinha, Daniel Vieira Meco, João Pedro Azevedo Pessa, António Lopes Ferreira dos Santos - eleitos pelo Partido Socialista; Joaquim Ascensão Pequicho, Maria de Fátima Soares Lourenço Duarte, Edmundo José Couto Barbosa, António Pereira Nunes, Zélia Maria Pereira da Costa Pisoeiro, Vítor Manuel Pereira Parreira - eleitos pelo Partido Social Democrata; João Paulo Quinzico Delgado, Vasco Frederico Pires de Sousa - eleitos pela Coligação Democrática Unitária; Telma de Jesus Laborinho Ferreira – eleita pelo Bloco de Esquerda; Rui Manuel Amaro Marques, João António Portugal Formiga e José Rei Filipe Ramalho, Presidentes das Juntas de Freguesia de Valado dos Frades, Nazaré e Famalicão, respetivamente. -----

Solicitou a substituição o Senhor Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro, do Bloco de Esquerda. -----

Solicitaram a suspensão, os Senhores Maria da Ascensão Quinzico Codinha - onze dias; Carlos Filipe Mafra de Sousa – cinco dias, ambos do Partido Socialista e Belmiro José Eusébio da Fonte, do Partido Social Democrata – quinze dias. -----

Assim, estiveram presentes no auditório da Junta de Freguesia da Nazaré: José António Ramalhal Lopes, Valter José Lameiro Soares, José Alexandre Serra Sales, António de Sousa Pimenta,

Milton Hugo Mafra Estrelinha, Daniel Vieira Meco, Vitor Manuel Pereira Parreira, João Paulo Quinzico Delgado, Telma de Jesus Laborinho Ferreira, Sílvia Alexandra Rato Fonseca Gomes Ricardo António Mafra Germano Esgaio. Edmundo José Couto Barbosa, António Pereira Nunes, Rui Manuel Amaro Marques, João António Portugal Formiga e José Rei Filipe Ramalho. -----

Em sistema de videoconferência fizeram parte: Maria Celeste Ferreira Cardador, António Lopes Ferreira dos Santos, Joaquim Ascensão Pequicho, Zélia Maria Pereira da Costa PISOEIRO, Vasco Frederico Pires de Sousa Luísa Maria Ricardo Alves. -----

Estiveram igualmente presentes, no auditório, o Senhor Presidente da Câmara, Walter Manuel Cavaleiro Chicharro e Senhor Vereador Manuel António Águeda Sequeira, e em sistema de videoconferência, os Senhores Vereadores Alberto Madail da Silva Belo, António Gordinho Trindade, Regina Piedade de Matos, Orlando Jorge Eustáquio Rodrigues e Salvador Portugal Formiga. -----

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos: -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. ATA DA SESSÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021 – Apreciação e votação

Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

Não tomaram parte na votação os membros que não estiveram presentes na indicada sessão. -----

2. LEITURA DO EXPEDIENTE

Tomado conhecimento. -----

3. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. ALMEIDA HENRIQUES, apresentado pela Mesa da Assembleia

O Senhor Presidente da Assembleia informou ter um voto de pesar a apresentar, como seguidamente se transcreve:-----



“Foi com particular pesar e aguda consternação que a Assembleia Municipal da Nazaré recebeu a dolorosa notícia do inesperado falecimento do Dr. Almeida Henriques. -----

Almeida Henriques era, desde 2013, Presidente da Câmara Municipal de Viseu eleito pelo Partido Social Democrata (PSD), cidade onde deixa um legado indelével, tendo mantido sempre uma participação ativa em diversas instituições culturais, sociais e científicas da cidade e da região. Advogado de profissão, dedicou grande parte da sua vida ao serviço público. Militante do PSD desde 1980, foi deputado à Assembleia da República, nas IX, X e XI e XII Legislaturas e Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD entre 2005 e 2007 e 2010 e 2011. Entre 2011 e 2013 exerceu as funções de Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional do XIX Governo Constitucional, tendo-se destacado no lançamento de programas de políticas públicas. -----

Era, entre outras funções, Vice-presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e Presidente da AIRV - Associação Industrial da Região de Viseu, destacando-se o seu relevo na gestão de diversas entidades empresariais, culturais, sociais e científicas e empresariais. -----

Era, ainda, Comendador da Ordem Civil do Mérito Agrícola, Industrial e Comercial, por atribuição do Presidente da República Jorge Sampaio, a 17 de janeiro de 2006. -----

Assim, e pelo disposto acima descrito, a Assembleia Municipal de Nazaré, reunida ordinariamente a 09 de Abril de 2021, aprova um voto de pesar pela morte do Dr. Almeida Henriques e apresenta sentidas condolências à sua família e a todos os que sentem profundamente a sua ausência, guardando um minuto de silêncio em sua homenagem.” -----

Aprovado por unanimidade, tendo sido observado um minuto de silêncio. -----

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JORGE COELHO, apresentado pelo Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal

O Senhor Valter Soares efetuou a leitura do seguinte voto de pesar:-----

“A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Nazaré expressa o seu mais profundo pesar e aguda tristeza pelo falecimento do camarada Jorge Coelho. -----

Nascido a 17 de julho de 1954, em Mangualde, distrito de Viseu, Jorge Coelho, era um histórico socialista e notável amigo da democracia. Soube de forma singular traduzir na sua atuação a proximidade ao cidadão comum, cujos anseios e emoções sabia interpretar de forma única. -----

Filiou-se no Partido Socialista em 1982, tendo nesse mesmo ano iniciado o seu percurso de desempenho de funções executivas como chefe do gabinete do Secretário de Estado dos Transportes do IX Governo Constitucional. Desempenhou, igualmente, funções governativas em Macau entre 1988-1991 e foi ministro-adjunto de António Guterres, tendo, dois anos mais tarde, acumulado esse cargo com o de ministro da Administração Interna. -----

Assumiu, após as eleições de 1999, as pastas da Presidência e das Obras Públicas, tendo sido titular, em setembro de 2000, da pasta de ministro de Estado e das Obras Públicas que viria abandonar em 2001. No desempenho das funções governamentais destaca-se a criação das Lojas do Cidadão, existente até aos dias de hoje, como meio agregador de vários serviços e funcionalidades ao dispor da população portuguesa. -----

O Jorge Coelho era e continuará a ser uma força imparável, uma onda de paixão, dedicação, competência e rigor que tantas vezes foi a representação física dos ideais do Partido Socialista e de Portugal, apontando um caminho melhor e construindo uma Nação com maior qualidade de vida para todos nós. -----

À Família enlutada, endereçamos as mais sentidas condolências e solidariedade neste momento de sofrimento, assegurando-lhes a consciência da responsabilidade de honrar o seu legado. O Camarada Jorge Coelho deixa-nos a memória da materialização dos valores socialistas e da dedicação à causa política e pública. -----



Assim, e pelo disposto acima descrito, propõe-se que a Assembleia Municipal de Nazaré, reunida ordinariamente a 09 de Abril de 2021: -----

1. Aprove o presente voto de pesar pelo seu falecimento; -----
2. Manifeste, à família enlutada, sentidas condolências; -----
3. Observe um minuto de silêncio em sua homenagem.” -----

Aprovado por unanimidade, tendo sido observado um minuto de silêncio. -----

MOÇÃO – “POR UMA LINHA DO OESTE INTEGRALMENTE REQUALIFICADA E FUNCIONAL” – Bloco de Esquerda

A Senhora Telma Ferreira, apresentou a seguinte Moção:-----

“A centenária Linha Ferroviária do Oeste tem um total de 197,9 km de extensão entre a estação ferroviária do Cacém (Linha de Sintra) e a Figueira da Foz, e foi ao longo da sua história uma alavanca essencial de desenvolvimento, especialmente para os diversos núcleos urbanos que se foram surgindo ao longo do litoral da Região Oeste e da Região Centro. Através da sua ligação à linha do Norte, em Coimbra B, garante a continuidade das ligações ferroviárias a todo o território continental. -----

A última década foi especialmente dramática para a sustentabilidade dos serviços de transporte prestados pela Linha do Oeste, resultado da redução continuada da qualidade do serviço e da falta de material circulante, necessidades ignoradas por sucessivos Governos. A 6 de novembro de 2020 foi, finalmente, celebrado o contrato de consignação das obras de requalificação da Linha Ferroviária do Oeste, entre Sintra e Torres Vedras, entre o empreiteiro e a Infraestruturas de Portugal (IP). Prevê-se que as obras se prolonguem durante os próximos dois anos, com um orçamento de 61,7 milhões de euros. Estas contemplam a eletrificação do troço (43km) e a beneficiação de cinco estações e seis apeadeiros, com criação e melhoria dos acessos às

plataformas de passageiros para pessoas com mobilidade condicionada segundo notícias recentes. -----

No passado mês de outubro, a IP lançou um novo concurso para prolongar a requalificação da linha de Torres Vedras até Caldas da Rainha, através de um investimento no valor de 40 milhões de euros. -----

Apesar do permanente alerta do Bloco de Esquerda e das várias recomendações apresentadas ao Governo, prevê-se que as empreitadas em curso tenham um alcance limitado, dado que se continua a prever um tempo de viagem mais longo para a ferrovia requalificada do que para as atuais alternativas rodoviárias de ligação a Lisboa. Desta forma, a capacidade de captação de passageiros dependerá, essencialmente, do preço dos bilhetes e da comodidade e funcionalidade das carruagens. -----

Por estabelecer estão ainda as condições em que vai decorrer a requalificação da linha entre as Caldas da Rainha e o Louriçal. Estando a iniciar os trabalhos de requalificação do primeiro troço, importa lembrar que, em maio de 2018, a Assembleia da República aprovou o Projeto Resolução n.º 1368/XIII, por proposta do Bloco de Esquerda, onde se recomenda ao Governo que: « Aprove todos os procedimentos administrativos necessários para que, logo que as obras da presente fase de modernização da Linha entre Meleças-Caldas se iniciarem, mandate a Infraestruturas de Portugal para desencadear os estudos técnicos para a preparação da 2ª Fase do projeto de requalificação entre Caldas da Rainha – Louriçal, tendo em vista a que o lançamento das obras de requalificação da 2ª Fase se possa seguir à conclusão da 1ª Fase e que a conclusão da modernização integral da Linha do Oeste possa ocorrer até final de 2023” »-----

O Município da Nazaré, com estação ferroviária na freguesia de Valado dos Frades, tem a responsabilidade de pressionar as entidades responsáveis para que o processo de requalificação da 2ª fase do troço Caldas da Rainha - Louriçal, possa avançar. É um investimento fundamental, a nível social e económico, sobretudo num concelho, cuja economia local está muito dependente



do turismo, mas essencialmente porque é urgente transformar de forma significativa a capacidade de mobilidade da população, incentivar a disponibilidade das pessoas para usarem os transportes coletivos, instar o Governo a assumir a relevância do investimento na estrutura ferroviária, como estratégia fundamental de resposta às alterações climáticas, acompanhada pela responsabilização dos vários concelhos, abrangidos pela sua área, que devem assegurar a flexibilização da rede de transportes municipais e intermunicipais para que o recurso à ferrovia seja assegurado por uma rede de transportes públicos que garanta os vários horários de chegada e partida dos comboios. -----

Só com a requalificação integral da Linha do Oeste e a acessibilidade nos custos de uso, podemos garantir que existem as condições necessárias para que a população do concelho da Nazaré tenha as condições necessárias para aderir ao uso da ferrovia, em articulação com a rede de transportes públicos locais e que possa libertar-se, gradualmente, dos veículos individuais mais poluentes e mais perturbadores do espaço público. -----

Assim a Assembleia Municipal da Nazaré, reunida a 9 de abril de 2021, delibera: -----

Instar o Governo a tomar medidas por forma a assegurar que os bilhetes dos passageiros que circulam na Linha do Oeste sejam substancialmente mais baratos do que as alternativas rodoviárias e que os passes sociais abrangidos pelo PART incluam a CP nas deslocações intrarregionais; -----

1. Apelar ao Governo que equipe a Linha do Oeste com carruagens multifuncionais, que possibilitem aos passageiros o trabalho à distância com acesso à internet, assegurem a existência de áreas dedicadas a crianças, a possibilidade de transporte de bicicletas e incluam livre acesso e lugares reservados a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; -----

2. Apelar ao Governo para que mandate imediatamente a Infraestruturas de Portugal para desencadear os estudos técnicos para a preparação da requalificação do troço Caldas da Rainha

– Louriçal até final de 2021, de forma a que os trabalhos de requalificação decorram de forma contínua até a requalificação integral da linha; -----

3. Recomendar ao Governo que tome medidas de forma a garantir que o transporte ferroviário na linha do Oeste ofereça tempos de deslocação mais curtos que as alternativas rodoviárias; -----

4. Recomendar à Câmara Municipal da Nazaré que promova o planeamento e a operacionalização da intermodalidade em transportes públicos junto da estação ferroviária, para que, na sua proximidade, funcionem interfaces rodo-ferroviários nos horários de chegada/partida de composições ferroviárias-----

5. Enviar esta Moção ao Ministro das Infraestruturas, apelando para que seja prioridade do Governo a requalificação integral da Linha do Oeste.” -----

Aceite, por unanimidade a sua introdução.-----

Não se registaram intervenções.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

Seguidamente, a Senhora Telma Ferreira questionou o Executivo sobre a situação do processo do Interface de Transportes Rodoviários da Nazaré e uma outra questão: segundo notícia vinda da DECO, o Município da Nazaré é o Município mais caro do distrito de Leiria na cobrança da água, esgotos e lixo e questionou quais os motivos de tão altos valores cobrados. Por último questionou, face ao desconfinamento sanitário, que os parques infantis precisam de requalificação, se o Município irá fazer essa requalificação e introduzir equipamentos inclusivos, para que as crianças com mobilidade reduzida possam usufruir dos mesmos.-----

A Senhora Maria de Fátima Duarte solicitou também o uso da palavra, para questionar o que se passa com as obras em execução na Avenida Vieira Guimarães, que têm estado paradas, prejudicando a situação económica dos comerciantes, bem como a situação da obra em execução na Rua Arte Xávega e alinhamento da mesma perante as outras construções; deu nota que existe



*um plano de alinhamento aprovado já há alguns anos, e pelo que sabe, os prédios confinantes tiveram que ceder, salvo erro, três metros para que aquela estrada fosse arranjada e requalificada para que fosse uma alternativa à marginal, que não se podem atirar as culpas para os técnicos, sacudindo a água do capote, sendo o Presidente o responsável pelo acto, pois assinou o documento e solicitou o envio dos pareceres relativamente às obras bem como o envio do parecer emitido pela Ordem dos Arquitectos sobre a obra da Rua Arte Xávega. Deu uma nota relativamente aos 900.000 euros que foram anulados na cobrança de valores devidos ao Município, não tendo existido tentativas para a sua realização, exemplificando os vários procedimentos que anteriormente ocorreram no mandato do Eng.º Jorge Barroso para a sua cobrança. Questionou se depois dos esforços para a obtenção desta cobrança, quantos processos de execução seguiram os seus trâmites, qual o valor recebido após a emissão das certidões da dívida e se haveria a necessidade de anular a totalidade da dívida; como é que se sentirão os cumpridores face aos devedores, ao verem as dívidas ser perdoadas e se neste mandato não haverão já dívidas difíceis e se as vai conseguir cobrar; e nada tendo contra este tipo de estabelecimentos, que são um sinal de desenvolvimento para as terras, e face à publicação de diploma que proíbe a publicidade de bebidas açucaradas, questionou quanto à abertura próxima e a menos de 100 metros da Escola Amadeu Gaudêncio, de um restaurante que entre outras irá servir bebidas açucaradas, pretendendo prevenir alguns problemas que possam vir a ocorrer; questionou se houve alguma alteração aos limites entre localidades, face a recente colocação de placa na estrada junto à Quinta Nova e para concluir, dado estar presente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valado dos Frades, questionou sobre o hasteamento de bandeiras no edifício da Junta respetiva durante a noite, dado tal não ser permitido na legislação.-----
Seguidamente, o Senhor Milton Estrelinha, em nome do Partido Socialista, solicitou o uso da palavra, tendo efetuado a seguinte intervenção:-----*

“Tempos havia em que vivíamos num concelho estagnado, onde o investimento público realizado era reduzido ou até mesmo nulo, onde era implícito a inércia dos seus líderes à data, evidenciado numa realidade descontextualizada às necessidades da nossa população. Até que, em 2013 e após sufrágio universal, provou-se que era possível mudar, que era possível fazer mais e melhor, que era possível fazer política séria e sustentável baseada na verdade e transparência para com cada habitante do nosso concelho personificando, diariamente, que cada promessa dada era cumprida. Hoje, e volvidos oito anos, é inquestionável a marca do Partido Socialista na Nazaré. -----

Em termos orçamentais, provou-se que é possível governar bem e de forma equilibrada, contrariamente ao que se vivia aquando a entrada dos executivos do PS, que terminou, como é conhecimento público, com o Município num estado financeiro severamente desequilibrado. Ainda assim, e para além da necessidade imperativa de regularizar a saúde financeira da Câmara Municipal, nunca o PS deixou de investir e projetar o nosso concelho para patamares de relevo em termos nacionais e internacionais. -----

Sabemos que é ao Partido Socialista, seja na esfera local ou nacional, que recai a responsabilidade de realizar obras estruturantes no nosso concelho: foi assim na década de oitenta com a inauguração do Porto de Pesca – onde se cumpriu o desejo de várias famílias piscatórias da nossa vila e que virão na obra caminhos de alguma calma para uma vida dura e arriscada como é a do mar – e foi assim, igualmente, no passado dia 19 de março aquando a inauguração do novo Centro de Saúde da Nazaré que veio, ao fim de perto de 40 anos, dignificar algo tão primordial e basilar como são os cuidados básicos de saúde que cada cidadão deve ter. Foi uma luta que teve vários rostos e forma de manifestação porém foi sob a gestão do PS que esta se realizou, prestigiando, ainda mais, o trabalho dos executivos liderados por Walter Chicharro.-----

Foram várias as vezes que, neste órgão, esta bancada saudou e continuará a saudar a aposta assertiva que tem vindo a ser feita nos quadros operacionais do Município quer seja através da



aposta formativa de cada operacional, quer seja pela aquisição dos meios e recursos necessários para que cada interveniente possa realizar com sucesso a sua ação. Hoje, e contrariamente ao passado, vemos os nossos serviços municipais capazes de idealizar e realizar, por eles, obras fundamentais do nosso quotidiano.-----

É fulcral entender que ao longo dos últimos anos, o investimento público não parou! Ainda que pelo caminho fossem surgindo surpresas desagradáveis herdadas – da qual se espera que tenham terminado – a aposta na requalificação pública foi uma acérrima aposta. Hoje, vemos um concelho melhor, mais resiliente e, conseqüentemente, adaptado à nossa realidade. Para o efeito foi necessário investir acertadamente e, por outro lado, saber gerir e participar em programas comunitários europeus que visam, na sua essência e estrategicamente, a reabilitação urbana do concelho havendo à data inúmeras obras desenvolvidas, em desenvolvimento e em fase de elaboração.-----

Vemos, finalmente, que cada freguesia tem a possibilidade de oferecer, em termos educativos, os meios necessários para que cada criança se possa formar e instruir educativamente. O Centro Escolar de Famalicão, que no próximo ano letivo será uma realidade e, mais uma vez, uma obra do PS, vem responder às necessidades surgidas da evolução da educação no país e permitirá a frequência de todas as valências e atividades às crianças, ao mesmo tempo que disponibiliza as componentes de valorização curricular e de apoio às famílias. Para além de resolver a atual situação de dispersão dos recursos educativos da freguesia, irá contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso a espaços educativos de dimensão adequada ao sucesso educativo de todos os seus agentes. -----

É certo que não podemos dissociar-nos do maior flagelo que, inesperadamente, o mundo, atualmente, atravessa. O concelho da Nazaré foi, também, vítima da atual pandemia que veio colocar à prova um conjunto de necessidades e respostas sociais que, no entender desta bancada,

o executivo socialista soube dar. Ponderadas, sustentadas e reais foram premissas assentes em cada medida tomada em prol dos nossos cidadãos, sem prejuízo dos compromissos assumidos pré-pandemia. A COVID-19 veio, entre outras coisas, atenuar desigualdades já existentes nas mais variadas áreas da nossa sociedade. E, por isso, é obrigatório que cada ação desenvolvida em prol da comunidade tenha a sua análise plena, consciente e constante. Apesar de tudo, o Município da Nazaré incorporou, após ouvidas todas as forças políticas do concelho, um conjunto vasto de medidas de mitigação das consequências da pandemia e, tal como vem hoje a esta sessão para aprovação, a elaboração de um regulamento municipal que visa responder em situações pandémicas e de calamidade pública no concelho.-----

As provas estão à vista de todos, hoje, é possível elencar ação a ação aquilo que os executivos liderados por Walter Chicharro têm sido capazes de gerar e incorporar na vida de cada munícipe provando que é possível fazer mais e melhor pelo nosso concelho.-----

Viva a Nazaré! Viva o Partido Socialista”-----

Seguidamente, tomou a palavra do Senhor João Paulo Delgado, que disse deduzir sobre a presença do Senhor Arquitecto Paulo Contente, que se destinava a prestar esclarecimentos sobre a obra da Rua Arte Xávega, conforme tinha sido anteriormente solicitado pela Coligação Democrática Unitária, o que agradeceu e apresentou as seguintes questões ao técnico:-----

“Enquadrando a razão para o nosso pedido de audição neste órgão de um responsável, informamos que a CDU questionou o Sr. Presidente da Câmara na sessão da AMN de Fevereiro sobre a construção em causa e o seu eventual desalinhamento com as construções mais a Norte e também a Sul e se este assunto estava a ser seguido pela autarquia. Foi-nos respondido que tudo estava conforme o projecto e que não havia desalinhamento nenhum. -----

Sendo assim, e sabendo agora que a obra foi embargada, perguntamos: -----

1 – A que se deve o embargo da obra?-----



2 – Existe algum incumprimento por parte do construtor? 3 – Existiu algum erro nos cálculos produzidos na autarquia sobre a análise do projecto ou a sua implantação no terreno?

Para já é só o que precisamos esclarecer, agradecendo que as respostas sejam transcritas na íntegra para a acta.”-----

De imediato efetuou a seguinte declaração:-----

“Muito boa noite a todos. -----

Desejamos, como sempre, uma boa sessão de trabalho a todos! Como é sabido, a crise de saúde pública transformou a vida de muitos portugueses num complexo problema ainda sem fim à vista. Sabemos também que as consequências desta crise não terminarão no momento em que atingirmos a imunidade de grupo, já que a economia não irá atingir os desempenhos de 2018 ou 2019 num estalar de dedos. -----

Estamos a assistir a uma reestruturação das cadeias e das relações comerciais, e demorará o processo de reconquista da confiança dos consumidores para que os níveis de consumo possam reactivar a produção primária e a indústria, alavancado por sua vez o sector dos serviços. Logo, torna-se imperativo aliviar o que se colocará após a resolução da crise de saúde pública, visto que a crise social, arrastada pela crise económica, demorará anos a restabelecer.

No plano local, os mui propagandeados apoios parecem não chegar à população em geral, pelo menos de forma que os próprios se sintam efectivamente apoiados. Depois dos mecanismos aplicados à facturação da água durante o primeiro período da pandemia, as acções têm sido muito pouco compreendidas pela população. -----

O executivo municipal continua a sua trajectória, caminhando “orgulhosamente só”, fazendo tábua rasa das organizações da sociedade civil, que deveriam ser os parceiros sociais da linha da frente com quem se encontrariam as saídas mais apropriadas para as diversas frentes de trabalho. Bem pelo contrário, o executivo municipal curva-se sobre o seu próprio umbigo,

delirando sobre a materialização de algumas conquistas, sem querer ver que no substrato da comunidade há um povo que não se governa com notícias de jornais, como patrocínios de novelas, ou sorrisos ao lados de atletas famosos – a vida concreta de todos os dias constrói-se de uma outra forma – indo à raiz dos problemas, removendo a terra, semeando, esperando os ciclos da terra, cuidar do crescimento e regando o tempo carregando-o de futuro. -----

Sempre trouxemos aqui aquilo que nos parece altamente preocupante e ameaça decisivamente a vida do concelho. Estruturalmente padece de problemas demográficos gravíssimos, assiste-se a um abandono significativo de muitas famílias nos últimos anos devido à especulação imobiliária, à fragilidade das relações de trabalho, à falta de perspectivas de evolução nas carreiras e de uma vida minimamente estável. A degradação das práticas democráticas, revelam-se pelo definhamento do movimento associativo e pela ausência de linhas de comunicação entre o executivo municipal, a oposição e as estruturas representativas da sociedade. A Cultura e as artes são, assumidamente, as equações mais frágeis da aritmética do executivo, e sem elas a reprodução automática das práticas e opções da sociedade transformam a Nazaré num beco sem saída que acaba num muro de betão e sem janelas. -----

Do ponto de vista da dinamização económica, a reverência às grandes marcas, às multinacionais a quem se estende a passadeira vermelha para virem fazer o seu negócio de rapina — enquanto houver estamos, quando acabar não temos nada a ver com o território, deslocalizamos rapidamente e em força! -----

A lógica deste executivo, mesmo fazendo juras de amor ao comércio local, no concreto, aplica a velha máxima querendo ser forte com os fracos e fraco com os fortes, criando as condições necessárias à acumulação, à acentuação do capitalismo neoliberal, porque, de facto, é esse o modelo que perseguem e é nele que se revêem. -----

A instalação de grandes marcas ligadas ao Fastfood no nosso concelho é o culminar da chegada do capitalismo triunfante, caracterizados pela desregulação do trabalho, pela exploração, pela



desumanização da economia, pelo desenraizamento e afastamento entre a produção e os detentores dos meios de produção tendo como único interesse a maximização do capital investido transformado em lucro. -----

Para além disto, como se não bastasse, as opções de dinamização económica deste executivo irão ter um impacto tremendo no pequeno comércio ao nível da restauração e similares, fomentando desemprego e inviabilidade de muitas empresas familiares que têm suportado a economia de pequena escala no plano local. Por outro lado, criará problemas ao nível da saúde alimentar dos mais jovens, por ter licenciado estabelecimentos desta natureza a escassos metros da escola sede do agrupamento da Nazaré. Importa alertar para a seguinte questão: o número de obesos no mundo já ultrapassa o número das pessoas que passam fome! -----

Porque será? -----

Pagaremos, todos, com língua de palmo estas desastrosas opções levadas a cabo pelos executivos do PS.-----

Do PCP e da CDU, terão sempre a mais forte e dedicada oposição se não invertermem este modelo de governação de absoluto desnorte!” -----

PROPOSTA – CRIAÇÃO DE UM FUNDO MUNICIPAL ESPECÍFICO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIAÇÃO ARTÍSTICA E LITERÁRIA – Coligação Democrática Unitária

O Senhor João Paulo Delgado apresentou a seguinte proposta:-----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré apresenta para discussão e votação a seguinte proposta: -----

Criação de um fundo municipal específico para o desenvolvimento da criação Artística e Literária -----

Na ampla esfera daquilo que é entendido como Cultura, existem dimensões da mesma que

impelem a humanidade para uma permanente transformação, questionamento, reinvenção e, em muitos casos, uma absoluta transcendência. -----

Uma visão meramente historicista, etnográfica ou antropológica da Cultura, é uma abordagem absolutamente vital para entendermos quem fomos, quem somos, e o que, previsivelmente, iremos ser no futuro. -----

Se não criarmos as condições concretas para a tal ruptura, reinvenção, questionamento e transcendência que atrás se referiu, caminhando no sentido de sermos o menos previsíveis possível e os mais criativos e inventivos que conseguirmos, passaremos a ser uma comunidade estagnada, sem capacidade de se indagar, de se criticar, de se analisar ou tão pouco de se rir de si própria. Sem os sonhos de ícaro, os esquemas e projectos de Leonardo, as quedas de muitos aventureiros das torres de múltiplas igrejas, tentando pôr o homem a voar, nunca cruzaríamos continentes em poucas horas de viagem. -----

Sem as peças de William Shakespeare, Gil Vicente ou Brecht, nunca teríamos acesso de forma tão clarividente à fragilidade e, em certos contextos, à ridicularidade e à insanidade inerentes à condição humana. Sem Saramago nunca teríamos a capacidade de entender o que estamos a passar hoje confrontados que estamos com as contradições da condição humana, o sistema capitalista e o surto da covid-19. -----

Sem Pablo Picasso nunca saberíamos que a fome e o desespero podem ser azuis, e as bombas sobre a cidade basca de Guernica, largadas a 26 de Abril de 1937, faziam cavalos gritar de desespero com fusos a sair-lhes da boca e que as pessoas em pedaços poderiam pulverizar a tela em tons de cinza, preto e branco. -----

Sem as músicas do Zé Mário Branco, do Zeca ou do Sérgio, não saberíamos que o FMI nunca aterrou na portela, que os tiranos que fazem mal, pelo mal esperam e por isso arranjam sempre uma janela por onde fugir, ou que a força que temos nos braços não nos deve servir só e apenas para obedecer. Sem Rudolf Nureyev, nunca saberíamos que a delicadeza ou a fúria de um



bailarino se fundem na expressão corporal no mesmo momento, arrebatando plateias sem proferir uma só palavra. -----

Sem as lentes de Sebastião Salgado, Eduardo Gageiro ou Nan Goldin, nunca saberíamos que a aridez do nordeste brasileiro transforma a falta de água em morte, como é imensa a luta e a vontade de viver do movimento dos Sem Terra no Brasil, como era a condição feminina no trabalho "alando" redes no areal da Nazaré no período do Estado Novo, ou como seria o submundo das dependências de drogas duras e o aparecimento da Sida na comunidade artística de Nova York no início dos anos oitenta. -----

Estes foram, e são, os que não se limitaram a registar o que se passou, mas, a partir disso, denunciar, esclarecer, semear pensamento crítico e fazer evoluir o pensamento humano, o seu sentido estético e o seu posicionamento ético perante a sociedade. -----

Entende-se, portanto, que ao nível da criação artística e literária o município da Nazaré poderá e deverá fazer muito mais e melhor. -----

Assim, e para que mais portas se abram neste campo, propõe-se que esta assembleia aprove esta proposta que visa enviar ao executivo municipal a indicação para a criação de um regulamento próprio e a criação de um fundo municipal específico para o desenvolvimento e apoio da criação artística e literária no concelho da Nazaré. Aprovado que esteja ao nível da sua vertente conceptual, o articulado da regulamentação que o materializará deverá ser discutido e consensualizado também em sede de Conselho Municipal da Cultura e, por sua vez, recomendada a sua adopção ao executivo municipal. -----

Aceite, por unanimidade para discussão e votação.-----

Não se registaram intervenções.-----

Deliberado, por maioria rejeitar, com catorze votos contra do Partido Socialista e dez votos a favor da Coligação Democrática Unitária, Partido Social Democrata, Bloco de Esquerda e

Senhor João Portugal Formiga.-----

O Senhor José Sales informou que o voto contra do Partido Socialista, deve-se ao facto de ir ser apresentado no ponto quatro da ordem de trabalhos, do projeto de regulamento de emergência social em situações pandémicas e de calamidade pública e respetivos apoios às Associações.-----

O Senhor João Paulo Delgado referiu que este fundo não tem que ser direcionado às Associações, mas sim aos Artistas, confundindo o Partido Socialista os objetivos da proposta.-----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para resposta às questões colocadas, informou que sobre o projeto do Interface Rodoviário, houve um ligeiro atraso, pensando que ainda durante o corrente mês possa vir a reunião de Câmara o novo projeto e abertura do concurso; sobre o custo da água, estão em causa as variáveis indicadas pela ERSAR e contratos assinados há já muitos anos com a Águas de Portugal que obrigam a determinados consumos; sobre os parques infantis, muitos já têm equipamentos para crianças de menor mobilidade, estando a ser continuamente preparados e arranjados; sobre a obra da Avenida Vieira Guimarães não está parada desde janeiro, está parada há cerca de duas ou três semanas, devendo-se a um problema ocorrido, a que fomos alheios havido com a EDP/ EREDES, que se encontra em remodelação, com reformulação da rede de iluminação pública e projeto elétrico, estando a obra em ritmo acelerado; sobre a obra da Rua Arte Xávega está presente o Arq. Paulo Contente que dará as respostas e disse que não pretende sacudir a água do capote, que assina de cruz, pois o que faz é transmitir os pareceres dos técnicos, confiando em todos os serviços camarários; recebeu email informando que o perito da Ordem dos Arquitetos virá para a semana; que a Câmara não deu baixa dos 900.000 euros da dívida, mas sim da receita, devolvendo a questão das anulações, pois foi uma situação ocorrida na governação do Partido Social Democrata; desconhece a situação da placa sinalizadora, pensando ter sido uma obra da Junta de Freguesia de Famalicão; sobre a questão da restauração e da obesidade, é uma situação que o ultrapassa e uma questão das respetivas marcas e esta situação irá criar cerca de sessenta postos de trabalho.-----



O Senhor António Pimenta disse que também o intrigou a questão do hastear das bandeiras no período da noite também o intrigou, mas recordou que a lei também prevê a sua colocação durante a noite, devidamente iluminada.-----

Dada a palavra ao Senhor Arquiteto Paulo Contente, técnico superior da Divisão de Planeamento Urbanístico, pretendendo esclarecer as dúvidas levantadas sobre a questão da obra em execução na Rua Arte Xávega, que pensa serem do conhecimento de todos, informou que o Senhor Presidente proferiu despacho no sentido de serem tomadas determinadas medidas em relação à obra que está a ser realizada entre a Rua Arte Xávega e a Avenida Manuel Remígio, uma das medidas que foi determinada e que já foi concretizada, foi o embargo parcial da obra, estando embargado o corpo nascente que confina com a Rua Arte Xávega, não existindo embargo para a obra do lado ponte, do lado do mar; outra decisão do Senhor Presidente foi a de que fosse feita uma reavaliação externa do projeto, efetuada por um perito designado pela Ordem dos Arquitetos, que já foi nomeado e com o qual já hoje falou e para quem irá enviar informação.-----

Relativamente às questões que aqui foram colocadas, este é um problema para resolver que tem dois planos de intervenção, -----

*O primeiro, é um plano de fiscalização e foi aqui questionado se há erro do construtor, o que é uma ação que tem de ser feita pela Fiscalização. A Fiscalização entendeu que não tinha meios suficientes para verificar se a obra estava implantada de acordo com o projeto e tendo-lhes questionado se precisavam dos serviços de cartografia, estes responderam afirmativamente e que esse trabalho foi solicitado a um topógrafo, levantamento que já foi entregue no Município. A Fiscalização já prestou informação e com a qual concorda, que a obra está efetivamente a ser executada de acordo com o projeto aprovado, não havendo motivos para a Fiscalização intervir. Outra questão aqui colocada é se houve ou não erro na avaliação do projeto. -----
De momento ainda não dispõe de resposta, dado que foi solicitada uma avaliação externa e*

independente, entende que devemos aguardar, tendo sido pedido à Ordem que esta avaliação fosse efetuada com a máxima celeridade. Quando esta for efetuada, deverá ser apresentada na Câmara Municipal, para verificação se o projeto está ou não está bem aprovado e neste caso está bem avaliado. O perito irá fazer uma reavaliação das condições técnicas em eu o projeto foi apresentado e vai verificar se aquilo que está em causa se conforma ou não com as normas do Plano Diretor Municipal. Quando fizer essa avaliação, deverá ser apresentada na Câmara Municipal e há-de ser validada por si, pois de acordo com o despacho do Senhor Presidente, a partir de agora é só ele próprio que intervém neste processo. Continuou, dizendo que estão a ser feitos esforços para que tudo se resolva no menor espaço de tempo possível. Disse que não conhece pessoalmente o perito, que virá à Nazaré e deslocar-se ao local, sendo um perito muito experiente, que habitualmente trabalha com os tribunais e está habituado a avaliações independentes, sendo conhecedor das regras que habitualmente se aplicam, por exemplo de PDM, não sabendo qual a proposta que irá ser feita à Câmara Municipal, dependendo da decisão do perito. Esta decisão não foi uma decisão do Presidente, mas sim do Executivo, pois todos os projetos são avaliados pelo Executivo em sede de reunião de Câmara.-----

O Senhor Daniel Meco, questionou se houve alterações ao Plano Cadastral dos terrenos situados a Sul desta área.-----

O Senhor Arquiteto Paulo Contente respondeu que acha que não houve, mas se houve, também não é a Câmara que faz isso, mas sim a Direção Geral do Território.-----

A Senhora Dra. Helena Pola, relativamente à prescrição da dívida que Municípios tinham perante a Câmara, informou que se encontravam plasmadas em Orçamento como estando em situação de cobrança duvidosa e que se encontravam em situação de reserva na nossa Certificação Legal de Contas, sendo um valor que estava parado e o Tribunal de Contas não conseguia perceber o porquê desta situação. Tentou-se em finais de 2020, início de 2021 reativar esta situação, mas verificou-se que não havia hipóteses, pois eram dívidas anteriores ao ano de 2007 e as de 2008



para a frente estão regularizadas. Não se consegue imputar esse valor, por desconhecimento dos intervenientes, pois o sistema contabilístico à época era diferente do atual, não havendo outra possibilidade de anular a dívida por prescrição. Recorda-se que saíram certidões de dívida, havendo muitas reclamações dos Municípes, não tendo havido outra solução, que a anulação das dívidas por prescrição, após obtenção de vários pareceres dos técnicos de contas.-----

A Senhora Maria de Fátima Duarte agradeceu as explicações técnicas.-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valado dos Frades solicitou o uso da palavra para informar sobre o método utilizado no hastear e arrear as bandeiras, sendo ele próprio que efetua estes serviços, desde o início do ano de 2014, nunca tendo falhado este ato, que anteriormente era efetuado por funcionário do Município.-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão informou que a colocação de placa em Casais de Baixo se deveu a resolver questões postais – Código Postal para os moradores.-----

RECOMENDAÇÃO – “PELA IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO AOS CUIDADOS INFORMAIS” – Bloco de Esquerda

O Senhor Presidente da Mesa, a pedido do Bloco de Esquerda leu a seguinte recomendação:-----

“O estudo “Medidas de Intervenção junto dos Cuidadores Informais”, encomendado pelo Governo e datado de setembro de 2017, estima que a atividade das pessoas que em Portugal cuidam de idosos, de indivíduos com demência ou doenças crónicas, e de crianças com patologias graves, valerá cerca de 4 mil milhões de euros por ano, um valor que nos vários países europeus a Eurocarers estima ascender a 340 mil milhões de euros por ano. -----

Os dados apontam para que 30% da população nacional tenha mais de 65 anos, com muitas destas pessoas a viver em total solidão e isolamento. A Coordenação Nacional para a Reforma Cuidados Continuados Integrados identificou em Portugal 110 mil pessoas em situação de dependência, sendo 80% dos cuidados a estas pessoas prestados por cuidadores informais. O país

tem aliás a maior taxa de cuidados domiciliários informais da Europa, segundo a Entidade Reguladora da Saúde (ERS). -----

É comprovadamente importante que pessoas idosas ou com algum tipo de dependência continuem a viver num espaço familiar ao invés de se renderem à institucionalização. Não deixam, no entanto, estas pessoas de estar confrontadas nessa condição por uma maior vulnerabilidade, fragilidade e incapacidade, o que leva a uma necessidade de apoio. -----

As pessoas que prestam estes cuidados informais enfrentam no seu dia-a-dia enormes desafios que são agravados pelas limitações sociais e económicas que surgem ao cuidar de uma pessoa com dependência. Acresce o isolamento em que estas pessoas se veem a lidar com todas estas dimensões das suas vidas, podendo inclusive algumas situações evoluir para um quadro de esgotamento. Urge, por isso, a implementação de medidas de apoio que garantam direitos e qualidade de vida das pessoas cuidadas e das pessoas que cuidam. -----

Tal como alertam várias organizações da área – com quem devem as autarquias devem promover um diálogo permanente e de proximidade – é urgente garantir aos cuidadores o apoio de que necessitam na prestação de cuidados (enfermagem, médicos, fisioterapia, psicossociais, prescrição e administração de fármacos, etc), na formação e informação sobre as patologias em causa e as melhores técnicas para prestar cuidados, no direito do cuidador ao descanso (por via da existência de camas públicas ou de cuidados domiciliários ao seu alcance) e no apoio mútuo e entre pares (por via de redes de cuidadores). -----

Tendo em conta esta realidade, dado o papel de proximidade das autarquias e as suas atribuições no domínio das políticas sociais, e considerando: -----

1. O Estatuto do Cuidador Informal (Lei n.º 100/2019), prevê que, para efeitos do reconhecimento do cuidador informal, as “entidades competentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS) ou os serviços de ação social das autarquias que sinalizem a pessoa cuidada e o respetivo



cuidador informal articulam-se com os serviços competentes da segurança social”, para efeitos de apresentação e instrução do respetivo requerimento (capítulo II, art.º 4º, n.º 2, alínea h); -----

2. que no artigo 7º do mesmo capítulo desta lei estão previstas como medidas de apoio ao cuidador informal “h) aconselhamento e acompanhamento, por profissionais da área da segurança social ou das autarquias, no âmbito do atendimento direto de ação social; i) Informação e encaminhamento para redes sociais de suporte, incentivando o cuidado no domicílio, designadamente através de apoio domiciliário” e que “sempre que se justifique um acompanhamento e/ou intervenção complementares, devem ser acionados, em parceria com os profissionais da área da saúde e da segurança social, os serviços competentes da autarquia, assim como outros organismos ou entidades competentes para a prestação de apoios mais adequados, designadamente da área da justiça, educação, emprego e formação profissional e forças de segurança”; -----

3. algumas autarquias do país começam a dar forma aos primeiros programas municipais de apoio aos cuidados informais, não devendo a Nazaré ficar de fora desta iniciativa premente, nomeadamente na conjuntura em que vivemos; -----

Assim, a Assembleia Municipal da Nazaré, reunida a 9 de abril de 2021, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera recomendar ao Executivo que:

1. Implementar um diagnóstico local de caracterização da realidade em que vivem as pessoas mais velhas que inclua a recolha de dados específicos sobre as situações de prestação de cuidados informais que já ocorrem; -----

2. Criar um programa municipal de apoio aos cuidados informais, que contemple, entre outros aspetos: -----

a) a promoção de iniciativas de aconselhamento e acompanhamento; -----

b) a criação de respostas complementares de intervenção, nomeadamente uma rede de cuidadores e de camas em equipamentos adequados para assegurar o descanso do cuidador; -----
c) o reforço da campanha de divulgação do Estatuto do Cuidador a nível local.” -----

O Senhor Joaquim Pequicho teceu algumas considerações sobre este tema, pensando não ser a melhor altura para a sua implementação, não tendo qualquer objeção à mesma, ao que a Senhora Telma Ferreira compreender a sua intervenção, mas dado não existir esta atividade, entende que os serviços do Município poderão reforçar este trabalho.-----

O Senhor Daniel Meco referiu que o Partido Socialista está preocupado com esta situação, tendo sido já implementadas algumas destas situação no Município, indo votar favoravelmente.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

MOÇÃO – “PELA CONTINUIDADE DA LABORAÇÃO DA SPAL E PELA DEFESA DOS DIREITOS DOS SEUS TRABALHADORES” – Coligação Democrática Unitária

O Senhor Presidente da Mesa efetuou a leitura da moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, que se transcreve:-----

“A SPAL, Sociedade de Porcelanas de Alcobaça, uma unidade de produção de extrema importância para os concelhos de Alcobaça e Nazaré, viu homologado recentemente o seu PER (Plano Especial de Reestruturação), vindo através desse mecanismo reduzir-se substancialmente a sua dívida em cerca de 9,6 milhões de euros. -----

A empresa está agora comprometida com o pagamento de 16 milhões de euros aos seus credores no prazo de 150 meses, contando para o efeito com 12 meses de carência. No que toca ao pagamento dos 480 mil euros das indemnizações aos trabalhadores despedidos neste turbulento processo, a mesma entidade terá de proceder ao seu pagamento nos próximos 18 meses. -----

Importa lembrar que a SPAL quando foi adquirida, em 2010, pelo grupo CUP&SAUCER, contava com cerca de 500 trabalhadores. No período da Pandemia foram despedidos cerca de 140. Actualmente, a empresa conta com 263 trabalhadores. Entretanto foi nomeado para pegar



no "leme" da SPAL o presidente da CIP (Confederação Empresarial de Portugal) — António Saraiva. A presente moção tem como objectivo central afirmar uma posição inequívoca deste órgão, de apoio à produção nacional e, como tal, de regozijo pela continuidade da laboração desta empresa estruturante para os referidos concelhos. Entendendo também que os sucessos e a integridade da SPAL enquanto empresa, só podem ser alcançados através do cumprimento escrupuloso dos direitos dos trabalhadores em funções e dos que foram despedidos, esperando o pagamento das indemnizações a que legitimamente têm direito. Mais espera esta assembleia que os sucessos desta nova fase da SPAL possam conduzir a empresa aos níveis de empregabilidade atingidos em 2010, já que conta com um enorme potencial, experiência acumulada e profissionais de excelência. -----

Se aprovada esta moção deverá ser enviada ao governo nacional, designadamente ao Ministro da Economia, ao executivo da Câmara Municipal da Nazaré, ao Executivo da Câmara Municipal de Alcobaça, à administração da SPAL, ao Sindicato da Indústria Cerâmica e à Comunicação Social nacional, regional e local.” -----

O Senhor José Sales entende que a forma como a Coligação Democrática Unitária apresenta as moções deveria ser alterada, que ao contrário do Bloco de Esquerda, que previamente à sessão deu a conhecer aos outros grupos partidários o teor das suas propostas e moções, de modo a que todos possam ter conhecimento e analisar em cima da hora.-----

O Senhor Presidente da Assembleia informou que o Regimento da Assembleia permite que os procedimentos sejsam feitos desta maneira.-----

O Senhor João Paulo Delgado disse compreender o pedido do Senhor José Sales, estando este procedimento de acordo com os regulamentos da Assembleia, mas que nem sempre é possível enviar mais cedo os documentos, justificando o teor da moção, que pretende defender os interesses dos trabalhadores.-----

O Senhor José Sales disse que a questão está na forma e se a Coligação Democrática Unitária já tinha as moções elaboradas, poderiam ter sido enviadas para leitura prévia dos membros da Assembleia.-----

Deliberado, por maioria, aprovar, com sete abstenções do Partido Social Democrata e Senhor António Lopes Santos e dezassete votos a favor dos restantes elementos.-----

O Senhor António Lopes declarou que se absteve, “como trabalhador de muitos anos e que isso faz parte do trabalho e perante isso, bem basta aquilo que tem de se fazer, despedir, despedir, é que a minha opinião, é que a SPAL, assim como tantas outras empresas, aqui da região, ou do concelho, colaborem o melhor possível com o máximo de trabalhadores possíveis e daí a minha razão da minha abstenção.”-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve pedidos de intervenção.-----

ORDEM DO DIA

1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO –

Apreciação

A Senhora Telma Ferreira pretendeu destacar a área da saúde e felicitar o executivo do Partido Socialista pela concretização do Centro de Saúde da Nazaré, acrescentando que o Bloco de Esquerda sempre pretender reforçar o Serviço Nacional de Saúde, de modo a garantir os cuidados de saúde a todos.-----

A Senhora Maria de Fátima Duarte referiu que no início da informação prestada, na parte da receita, em 29 de março não existia qualquer receita significativa relativa à cobrança do IMI, não correspondendo ao a seguir indicado na informação dos Serviços quando se fala na receita dos impostos indiretos, no entanto, o aumento da receita é fundamentada essencialmente ao aumento da receita da cobrança do IMI. Quais foram as taxas e outras penalidades que deixaram de ser



cobradas devido à situação pandémica, quais foram os apoios ao tecido empresarial, dado o desapontamento demonstrado pelos empresários pela falta de apoios por parte da Câmara, ao ser cobrado na íntegra todas as taxas.-----

Houve muitas pessoas que ficaram sem os seus habituais rendimentos nesta situação de pandemia, devendo ter sido o comércio local melhor apoiado.-----

Sobre a ficha da DGAL, continua desatualizada e verificou-se muita pouca atividade do município, possivelmente à situação de pandemia. Referiu-se à paragem do elevador, onde poderiam ter sido feitas as várias reparações e à falta de animação cultural.-----

Congratulou-se com a obra realizada pela construção do Centro de Saúde, pela luta desenvolvida por todas as forças políticas, ressaltando a Coligação Democrática Unitária.-----

Continua a haver muitas dificuldades ao acesso dos serviços de saúde, devendo aquele Centro de Saúde dispor maiores valências. O Centro de Saúde de Famalicão continua a não dar resposta aos seus utentes, devendo ser revista esta situação.-----

O Senhor João Paulo Delgado apresentou várias questões sobre as seguintes áreas:-----

“Acção social -----

Tendo em conta a gravidade extrema que estamos a viver, esta assembleia merecia ter acesso a um relatório detalhado sobre a acção e intervenção social. O que temos aqui é a repetição daquilo que veio na última sessão. -----

Ambiente -----

Mais uma vez temos que falar da PEDRALVA: Qual a situação do espaço concessionado no Monte Branco, não há prazos a cumprir? Para quando o investimento pelo concessionário?

Cultura e Património -----

O que aqui vem, denota a falta de opções e a imensa falta de criatividade deste executivo nesta matéria. Lembramos que a Cultura não se resume ao Carnaval e às Festas do Sítio – cancelados

para não haver contágios (segundo afirmações do vice-presidente). Residências artísticas (artes plásticas, fotografia) apoio a projectos de arte urbana, Concertos em Drive In, sessões online de debate e reflexão sobre o Estado da Cultura no plano local, registos vídeo de performances de Ballet ou dança contemporânea numa Nazaré deserta....muito haveria para fazer, mas como já assumido, a verdadeira produção artística não faz parte dos planos deste executivo... Lembramos que as limitações que todos temos ultrapassam-se com dialéctica e com cooperação e não exactamente o contrário!!! -----

Se a barca demorar muito tempo a restaurar, sempre têm matéria para colocar na próxima informação!!! -----

Gostaríamos de ser esclarecidos sobre o troço Sul do Caminho Real e a instalação de Saneamento naquele caminho, por isso perguntamos: -----

Sendo aquele Caminho Real um local classificado como Sítio de Interesse Municipal (SIM), por deliberação a Assembleia Municipal da Nazaré, aprovada em 19 de Fevereiro de 2009, não deveria ter vindo à AMN uma informação específica sobre as obras, ou o pedido de levantamento do estatuto de Sítio de Interesse Municipal que aquele Caminho Real detém? -----

Como ficará aquele histórico Caminho após as obras de instalação de Saneamento Básico? -----

E que tipo de protecção e classificação irá receber depois da intervenção de levantamento das pedras centenárias e das escavações que sofreu? -----

Desporto -----

Ainda sobre os apoios à equipa de hóquei da BIR (40%) e da equipa de andebol do Dom Fugas (60%): é inacreditável e incompreensível que se valorize mais o trabalho que está para acontecer do que o trabalho concreto, físico, palpável, materializado, histórico.-----

A BIR tem resultados para apresentar: no ranking mundial de clubes — masculino - está no 79.º lugar 2065 pontos — e isto não é valorizado; -----

Equipamentos e obras públicas -----



- Valado dos Frades Depois de tanta propaganda feita, mais um mandato termina e o Valado dos Frades e a sua população continuam à espera: -----

1- Obras na rua do poço anunciadas pelo presidente da junta e da câmara. -----

2- Parque estacionamento no terreno da quinta do campo adquirido pela câmara.-----

3- Novo concurso para a recuperação da antiga escola primária e sua zona envolvente. -----

4- Um piso digno no parque infantil junto ao pavilhão, que tantas vezes já aqui lembrámos.-----

5- Avenida da Nazaré, arranjos nos passeios em algumas partes intransitáveis e também a estrada. -----

6- Lagoa Grande - para quando uma recuperação antes que se torne apenas um charco. -----

7- Requalificação da Praça 25 de Abril. Etc. etc. -----

- Vivendas do Porto de Abrigo — Percebe-se haver ali obras. Por isso julgamos importante perguntar: porquê as obras e o que está ali a ser feito? -----

Saúde-----

Lembramos que a verba para a construção do Centro de Saúde da Nazaré foi aprovada em 2012, no Orçamento de Estado para 2013. A ocultação do trabalho das outras forças políticas foi gritante. É caso para perguntar: onde andava este PS por essa altura?

Serviços Municipais -----

Os cortes de água têm sido frequentes, é necessário mais investimento, pois isto sim são prioridades!! Mas para isso não se deve descapitalizar os Serviços Municipalizados, como acontece. -----

Para finalizar: -----

Achamos curioso, que num período tão complexo em que vivemos, a área da economia não merece uma única linha nesta informação!!!!” -----

O Senhor Presidente, em resposta às questões colocadas, agradeceu as intervenções e sobre a questão do Centro de Saúde disse que é uma obra pretendida por todos e por todos apoiada e lutada, com dois governos de cores diferentes, que levou muito tempo até chegar a bom termo, lamentando a falta dos membros da oposição na inauguração efetuada, excecionando a Senhora Maria de Fátima Duarte, a quem agradeceu a presença.-----

Sobre os impostos e o IMI, informou que foi cobrado mais IMI, que em idêntico período na ano anterior; gostaria de ter feito mais para a redução na faturação da água, mas tal não foi possível, como mais adiante se irá abordar num outro ponto da ordem de trabalhos; os parquímetros estiveram sempre a funcionar, mas não havia visitantes e não houve receitas extraordinárias; o relatório sobre a ação social irá ser enviado, apresentando as suas desculpas por não ter sido incluído neste conjunto de informação; a ficha da DGAL é uma vergonha, que não é atualizada há muito tempo, indo oficiar o Governo sobre esta situação; nos trabalhos de reparação do ascensor verificou-se muitos atrasos com os fornecimentos por causa da pandemia e houve um grande trabalho efetuado nos comandos com a ajuda de empresas locais; sobre o Centro de Saúde verificou-se um descontrolo técnico na central telefónica, que já foi revisado, devido a uma má programação na mesma; no dia 1 de abril foi colocado um médico e será colocado outro no dia 2 de maio; foi colocada uma cadeira de dentista, da responsabilidade do Município e gostava de ter outras valências, mas tal não é possível e lembrou que deveriam ser combatidos os problemas da solidão dos mais idosos e problemas da diabetes e obesidade; a questão do Centro de Saúde de Famalicão está em resolução, pois os utentes estavam a ser enviados para outros Centros; quanto ao projeto da Pedralva, o processo está a decorrer, com a entrega das especialidades; sobre o Caminho Real informou que a parte que está classificada ainda não foi intervencionada, estando a ser preparada com o Gabinete de Planeamento, vindo posteriormente à Assembleia Municipal, devido ao estatuto de interesse municipal; sobre a BIR, tem havido um apoio diferenciado para o hóquei, o andebol tem tido um grande apoio da melhor escola



nacional, a do Futebol Clube do Porto e que agora vem estagiar para a Nazaré, para preparar os jogos olímpicos em Tóquio; está a ser preparado nos serviços da autarquia o projeto do parque de estacionamento de Valado dos Frades e quanto à Rua do Poço, em Valado dos Frades está em fase de levantamento e recolha de ramais de água, através dos Serviços Municipalizados; o projeto da Lagoa Grande de Valado dos Frades está em elaboração, sendo um projeto ambicioso e caro, para mais de meio milhão de euros; o processo do interface rodoviário está em execução; sobre o processo das moradias no Porto de Abrigo, informou foi feito um concurso através da Docapesca e está a decorrer um pedido de licenciamento na Câmara Municipal, não podendo precisar quais os termos; sobre os esgotos e águas, informou que só nesta noite e manhã, houve quatro reparações em tubagens, efetuadas pelos Serviços Municipalizados, graças ao investimento que tem sido efetuado, estando tudo normalizado.-----

A Senhora Telma Ferreira, referindo-se à sua não comparência na inauguração do Centro de Saúde, deveu-se a razões familiares, tendo estado presentes representantes do Bloco de Esquerda. O Senhor João Paulo Delgado disse que a Coligação Democrática Unitária liga muito melhor com o trabalho do que com as “luzes”, não tendo estado presentes, pois foram convocados no dia anterior, sendo a inauguração efetuada em dia laboral.-----

Por último lembrou que existem questões que foram colocadas pela Coligação Democrática Unitária ao Executivo, que nunca foram respondidas, podendo elencá-las uma a uma, se assim for entendido.-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu quanto à convocatória tardia, a Câmara é alheia e tal se deveu ao Governo, apresentando as suas desculpas. -----

Tomado conhecimento.-----

Sendo meia noite, o Senhor Presidente colocou à consideração da Assembleia a continuação ou não dos trabalhos, sendo decidido, por unanimidade, dar continuidade aos mesmos.-----

2. **EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ** – *Apreciação e votação*

O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra dando a nota da necessidade de se fazer investimentos, exemplificando com as obras no Caminho Real, na estação elevatória e condutas, para garantir a separação das redes pública e doméstica.-----

O Senhor João Paulo Delgado efetuou a seguinte intervenção, como se transcreve:-----

“Ficáramos todos melhor esclarecidos, se os SMN, que fazem parte do grupo municipal, apresentassem à AMN um mapa demonstrativo da sua capacidade de endividamento, tal como o município tem que apresentá-lo nos casos de pedido de empréstimos. -----

Além de que, também não ficaria mal, informarem a AMN para que serve de facto este empréstimo, dado que é muito leviana a informação de que o mesmo servirá para investimento em redes de saneamento e de distribuição de água, não indicando nem os lugares onde se realizarão nem os tipos de intervenções. -----

Se o tivessem feito, poderiam deixar completamente transparente e fundamentado todo este processo, que assim julgamos não estar. -----

Desde logo, informamos a assembleia que não somos contra o investimento nas redes indicadas, desde que ele seja feito de forma a resolver os problemas de fundo. -----

Aliás, há muito que o defendemos. Pelo menos desde que tomámos conhecimento que todos os anos mais de um terço da água comprada e distribuída se perde em fugas na rede de distribuição do concelho. Ou também quando tomámos conhecimento que a recolha de águas pluviais é, em parte significativa, encaminhada para a rede de saneamento, entrando na contagem da ETAR, originando pagamentos mais elevados daquele serviço. -----

A população paga isso tudo! E isso é que custa! -----

Como nos custa muito assistir ao afundar das finanças dos SMN pela câmara, quando sabemos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

- FL 157

que a população do nosso concelho, utente dos serviços que aqueles SMN prestam, paga a mais elevada factura mensal do nosso distrito e uma das mais elevadas do país. -----

E como se pode agora concordar com este pedido de empréstimo de 300 mil euros, quando ainda há bem pouco tempo o executivo aprovou, por unanimidade, o não pagamento de 150 mil euros aos SMN, pelo apoio que a CMN resolveu atribuir no âmbito da COVID19. -----

Se a CMN tivesse pago a compensação que foi pedida pelos SMN pela sua quebra na facturação daqueles 90 dias em 2020, talvez só precisassem de pedir agora 150 mil euros emprestados. -----

É principalmente por esta má gestão dos dinheiros públicos que nós somos contra este pedido de empréstimo, pois também não sabemos se o mesmo vai ser realmente aplicado onde é referido apenas superficialmente.”-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que iria ser enviado à Assembleia Municipal o quadro indicando os investimentos que irão ser feitos este ano, fazer uma correção, indicou que o valor que vem indicado na fatura relativo às águas pluviais não é significativo, está em revisão o modo de contabilização das águas com a Águas de Portugal, para que as águas pluviais não sejam contabilizadas, havendo uma quebra significativa das receitas.-----

Deliberado, por maioria, aprovar, com quinze votos a favor do Partido Socialista, dois votos contra da Coligação Democrática Unitária e sete abstenções do Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda.-----

O Senhor João Paulo Delgado apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré (AMN) vota CONTRA, neste ponto 2 da ordem de trabalhos, pelo seguinte:-----

Mais uma vez registamos o facto de não ter sido enviada aos membros da AMN toda a informação necessária e esclarecedora para a correcta compreensão e análise do assunto a deliberar. Neste caso, só conhecemos o relatório do primeiro semestre de 2020 dos Serviços Municipalizados da

Nazaré, que não consta neste processo, mas que a AMN conheceu em Dezembro passado. Ele é referido na nota informativa da contabilidade 08/ECN/2021, mas reflecte apenas o resultado do primeiro semestre de 2020. Entendemos que só com um relatório de contas de final de ano, que ainda não conhecemos, se pode compreender a actual situação financeira dos SMN.-----

Também mais uma vez referimos, que sem estarmos conhecedores de toda a informação, não podemos decidir em consciência sobre seja que assunto for. Esta nossa posição já é por demais conhecida do executivo municipal e da mesa da AMN, que, mesmo assim, continuam a não ser transparentes com este órgão, dificultando ao máximo o exercício de fiscalização pela oposição. Basta lembrar os documentos legíveis que ainda esperamos receber da última sessão.-----

O pedido em análise, de contratação de um empréstimo à banca pelos SMN no valor de 300.000,00 euros, com toda a honestidade, causa-nos muita estranheza e até surpresa. -----

Espanto maior, quando nos lembramos das centenas de milhares de euros que têm sido canalizados pela CMN nos últimos anos para os desportos de Verão, na praia e mar, com vários protocolos com entidades externas, onde também os SMN já foram chamados a desembolsar dezenas de milhares de euros, como parte nessas acções. Quantos quilómetros de saneamento e de rede de abastecimento de águas se fariam? Quantos mais apoios sociais seriam possíveis? Lembrar também os mais de 915 mil euros de dívidas não recebidas pela CMN por prescrição, por executivos do PSD e do PS não terem conseguido cobrá-las em tempo útil. -----

Mas importa também referir, e deixar registado, o resultado recente de mais uma má acção deste executivo camarário contra os SMN. Quando os SMN apresentaram o pedido de compensação para recebimento do valor de 270.458,57 euros relativo aos apoios na factura da água, que a CMN aprovou por 90 dias no ano passado, por motivo da COVID19, entendeu o executivo municipal que os SMN só deviam receber 120.458,57 euros daquela factura.-----

Ficaram assim por receber, nas contas já depauperadas dos SMN, exactamente 150 mil euros. E agora, sem qualquer tipo de pudor, pedem para aprovarmos mais um empréstimo de 300 mil



euros. Nada melhor, para continuar a castigar ainda mais a população, já tão martirizada com impostos, taxas e tarifas, que assim os pagará pelo máximo nos próximos 30 anos. -----
Logo, nem é preciso nenhum curso de gestão ou de economia para entender como é fácil afundar empresas ou prestadores de serviços! Se nos disserem que isto não é má gestão dos dinheiros públicos, então nada o será. -----
Como temos dito tantas vezes, é sempre a população que paga os custos destes empréstimos, que os executivos e quem os apoia estão sempre dispostos a contrair, engordando a banca, para irem salvando a sua face, dos seus políticos e das suas más políticas. -----
Para mais em ano eleitoral, quando as peças precisam de aparecer à vista de todos como executadas, mesmo que nada esteja ainda pago. Sempre assim foi e assim continua! O pior é quando vem a hora de pagá-las! Como por exemplo em 2015, tiveram que pedir emprestados ao Estado 7,1 milhões de euros, no limite do prazo, para poderem receber o apoio europeu, caso contrário a coisa seria ainda muito pior. Mas como será no futuro, a manterem-se estas políticas, quando temos ainda durante 30 anos um empréstimo a decorrer? Haverá dinheiro disponível para pagar mais obras? A população vai aguentar? -----
Tal como temos dito, também nisto o PS e o PSD têm sido campeões na promoção de enganos à população nazarena. As visões de futuro, muito futuristas, que prometem, são tudo menos realistas! Nazaré XXI, Empreendimento em S. Gião, etc. A saga vai continuando... -----
Por tais factos, e ainda que se pudesse tentar compreender esta necessidade de reforço financeiro dos SMN, para fazer face, segundo informam, ao investimento em saneamento básico e rede de distribuição de água, que, ao que parece, só agora o executivo municipal reconhece como prioritária, a mesma cai por terra, porque depois de tantos milhões de euros gastos em acções de operações cosméticas de superfície, a maior parte das vezes apenas publicitárias ou propagandísticas, falam agora em reparar no subsolo as canalizações que deveriam ter tratado

de arranjar primeiro. -----

Por tudo o atrás exposto, não podem esperar a nossa concordância com o vosso modelo de governação, pois ele enforma em critérios que não são benéficos para a população, que não vai suportar pagar os custos de mais um empréstimo.”-----

3. **ADESÃO À REDE DE MUNICÍPIOS SAUDÁVEIS** – *Apreciação e votação*

A Senhora Maria de Fátima Duarte indicou que subscreve totalmente o indicado na proposta, pois todos devem ter acesso aos cuidados imediatos de saúde.-----

O Senhor João Paulo Delgado disse estar de acordo com esta adesão e recordou que a Câmara licenciou estabelecimento de comida rápida, pertencente a grandes grupos económicos com hábitos de venda de alimentação em demasia, devendo atuar-se na prevenção e fornecer hábitos de alimentação saudável.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que foi contratado um nutricionista para a promoção e aplicação dos melhores hábitos de alimentação saudável aos nossos alunos.-----

Dada a palavra à Senhora Vereadora Regina Piedade, disse ser uma proposta contendo políticas de prevenção, que se pretendem implementar.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

4. **PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA SOCIAL EM SITUAÇÕES PANDÉMICAS E DE CALAMIDADE PÚBLICA DA NAZARÉ** – *Apreciação e votação*

A Senhora Telma Ferreira informou que o Bloco de Esquerda iria apresentar seis propostas de alteração ao regulamento municipal no intuito de facilitar a sua aplicação, que é um regulamento muito burocrático e que obedece a muitos requisitos, pois conhece a nossa realidade; enunciou todas as propostas de alteração e solicitou esclarecimentos sobre a proposta do projeto de regulamento em apreço, como seguidamente se transcreve:-----

“Revogação do ponto 2 do Artigo 2º -----



2. É condição, no âmbito do presente apoio, que os beneficiários não tenham quaisquer dívidas para com a Câmara Municipal da Nazaré, Serviços Municipalizados da Nazaré, Empresa Municipal "Nazaré Qualifica", Segurança Social e Autoridade Tributária, sendo a apresentação de não dívida obrigatória." -----

Este ponto pode significar que um agregado familiar, com qualquer tipo de dívida, fique impossibilitado de aceder a este apoio extraordinário. Ora há dívidas que resultam de dificuldades acrescidas, mais ainda neste período de grandes dificuldades. -----

Uma Autarquia tem a responsabilidade de não deixar ninguém para trás e de facilitar os apoios à população, ainda mais, porque falamos de uma das câmaras mais endividadas do país, que conseguiu recorrer a apoios e financiamento europeu, e, no caso da adesão ao FAM (Fundo de Apoio Municipal) penalizar os municípios com maior carga de impostos. Promover um Fundo de emergência com tantas limitações não é promover o apoio a quem mais precisa. -----

Revogação da alínea c) do Artigo 3º -----

c) "Emergência social", situação de grave carência económica resultante de insuficiência de rendimentos do agregado familiar, caracterizada pela impossibilidade de, pelos seus próprios meios, garantir a satisfação das necessidades básicas dos elementos que o integram ao nível da alimentação, habitação, água, energia, despesas de saúde, de educação e de equipamentos sociais, ou potenciadora de eminente risco social, e para a qual são inexistentes ou manifestamente insuficientes os apoios de outras entidades públicas ou privadas, com competência ou intervenção nas diversas áreas, designadamente, o Município da Nazaré, o Instituto de Segurança Social, IP. E as Instituições de Solidariedade Social ou entidades a elas equiparadas;" -----

Esta alínea transmite a indisponibilidade de outras entidades poderem ajudar, isto faz com que os municípios tenham que provar que foram a outras entidades e não obtiveram ajuda. -----

Revogação da alínea e) do Artigo 5º -----

e) Pertença a um agregado familiar cujo rendimento líquido per capita seja igual ou inferior a 50% da retribuição mínima mensal garantida, adiante designado por RMMG. -----

Bloco de Esquerda considera que esta alínea restringe o apoio a rendimentos muito baixos. -----

Revogação do ponto 4 do artigo 7º -----

4. A prestação do apoio económico não é cumulativa, podendo dizer respeito apenas a uma das despesas referidas no número anterior. -----

Este ponto diz diretamente que os municípios não podem acumular este apoio extraordinário com outras ajudas. -----

Revogação da alínea d) do ponto 1 do artigo 8º -----

d) Documento comprovativo de título de Residência válido; -----

A exigência de título de residência válido faz com que muitos estrangeiros/as que ainda não conseguiram legalizar a sua situação caiam em situações de pobreza extrema. E dever de uma autarquia garantir que, numa situação tão extrema como tem sido a da pandemia, estejam assegurados apoios a todas e todos os municípios por igual e sem distinção. -----

Alteração ao Artigo 12º -----

1. Após a notificação de deliberação, o respetivo apoio económico será pago através de transferência bancária ou cheque. -----

2. O/a beneficiário/a deve apresentar a cópia da fatura/recibo, comprovativa da despesa efetuada, devidamente discriminada, no âmbito do presente Regulamento, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

3. O documento comprovativo da despesa pode ser entregue no Município da Nazaré, via CTT ou por correio eletrónico accasocial@cm-nazare.pt. -----

O Bloco propõe o alargamento do prazo de entrega dos comprovativos e que os mesmos possam também ser entregues nas juntas de freguesia/outros serviços da Câmara, para que o processo



seja mais facilitado e menos restritivo, tendo em conta que nem toda a população tem acesso à Internet e que o envio via CTT tem custos. “-----

De seguida, o Senhor João Paulo Delgado efetuou a seguinte intervenção:-----

“A CDU entende este regulamento como necessário para regular a atribuição de apoios sociais e outros, às famílias e associações locais. -----

Mas, tal como é referido na proposta, o mesmo: “tem como principal objectivo minimizar os impactos socioeconómicos da pandemia Covid-19, bem como de futuras pandemias ou situações de calamidade pública.” -----

Como sabemos, a classificação de pandemia é feita pela OMS e só em casos de a doença percorrer o mundo, como neste caso da COVID19. Também a calamidade pública é anunciada pelos governos, mas só em casos de catástrofe declarada nas regiões afectadas. Ora este regulamento é de aplicação muito certa e exclusiva.-----

Nesse sentido, o que aqui se aprova, - e era bom que acabasse amanhã! - tem uma aplicação temporal que não será superior ao tempo que durar a pandemia e a calamidade pública actual. Ou seja, logo que seja decretado o fim destes estados o regulamento perde a sua eficácia e aplicabilidade. -----

Acontece também que não estão contemplados directamente todos os afectados pelos efeitos da pandemia. Lembramos a falta de apoios aos comerciantes e empresários locais e às instituições que prestam apoio social. É, pois, importante, que se comece a pensar seriamente no pós pandemia e na criação de um novo regulamento, ou então que se alargue temporalmente a validade deste, na medida em que, o acabar da fase pandémica ou de calamidade sanitária, provocada pela pandemia, não irá automaticamente fazer cessar os efeitos nefastos provocados nas finanças das famílias, empresas ou associações locais, bem como no controlo do desemprego ou na paragem de falência das pequenas e médias empresas locais. -----

O que a CDU propõe é que se comece já a promover o trabalho futuro para a resposta aos efeitos desta pandemia, de modo a proteger todos os munícipes, mas também as empresas mais prejudicadas, tal como se refere numa parte da proposta que acompanha este regulamento relativamente às instituições, associações e famílias afectadas:-----

“Este documento prevê um conjunto de apoios, nomeadamente através da atribuição de subsídios para apoio às famílias afetadas pela drástica redução de rendimentos advindos das referidas situações, para pagamentos de bens e serviços essenciais, sejam ao nível da alimentação, habitação, água e energia, despesas de saúde e de equipamentos sociais, cuja atribuição deve obedecer a um conjunto de regras uniformes que garanta os princípios gerais de direito; apoio às famílias, no que concerne à atividade física e ao desporto para crianças e jovens, por motivos de preservação da saúde física e mental; apoio às instituições sem fins lucrativos, que são gravemente afetadas por estes contextos desfavoráveis, e que, não obstante as dificuldades, têm de manter as suas respostas à população. Para mais, considera-se, igualmente, importante o apoio às Associações Desportivas e Culturais, pois estas são as responsáveis pela dinâmica social de uma comunidade, e um garante para a promoção de estilos de vida saudáveis.” -----

E com isto, afirmamos que estamos de acordo com os pressupostos elencados nesta proposta. Assim eles sejam cumpridos!”-----

A Senhora Maria de Fátima Duarte tomou o uso da palavra e informou que enviou mail a dar os seus contributos, sendo um instrumento muito importante para ajudar as pessoas de menores condições económicas, devendo simplificar-se os procedimentos de candidatura, face à burocracia, e aumentar os fundos propostos, concordando com os apoios que estão consagrados no documento; considerou que este instrumento é muito importante para se tentar ultrapassar as fragilidades que a pandemia apresenta e lembrou as micro empresas e o comércio local, que deveriam estar contemplados no apoio a este fundo de emergência, devendo ser mais elevado para apoio aos comerciantes, apesar de o ter proposto, por último disse concordar com os apoios



expressos no documento.-----

O Senhor Joaquim Pequicho em aditamento às intervenções efetuadas, referiu que face à pandemia e existindo algumas fragilidades, há necessidade de se desburocratizar os procedimentos, para fazer impacto às dificuldades que irão aparecer, sabendo-se que estas crises tendem a ser mais frequentes. Há alguns erros que detetou no documento, tendo-os indicado, sugerindo que sejam melhor analisados os respetivos artigos.-----

O Senhor José Sales disse que os executivos do Partido Socialista olham para a Nazaré como um todo, custando-lhe muito estar a tratar este regulamento, devido às dificuldades por que estão a passar muitas famílias.-----

A Senhora Vereadora Regina Matos referindo-se ao documento agora apresentado, irá servir para ajudar as famílias e as associações sem fins lucrativos; leu com atenção as propostas apresentadas pela Senhora Vereadora Telma, que também vão de encontro às ideias que pretendem implementar.-----

Pretende-se dar resposta a todas as situações existentes no Concelho, não se pretendendo que alguém fique sem resposta, tratando-se de um regulamento feito para o Município e seus Múncipes, devendo-se os requisitos apresentados às normas legais nacionais existentes, apresentando exemplos de situações pontuais.-----

Deliberado, por unanimidade, aprovar,-----

A Senhora Telma Ferreira apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“O Bloco de Esquerda vota favoravelmente o Projeto de Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas e de Calamidade Pública da Nazaré, porque qualquer ferramenta que permita ajudar as famílias é fundamental, especialmente, neste momento.-----

Mas não podemos deixar de referir que existem formas de apoiar diretamente quem mais precisa, como através da recomendação que aprovámos em Assembleia Municipal para aplicação da

Automatização da Tarifa Social da Água, que foi colocada de parte pelo executivo e que iria trazer benefícios diretos, sem burocracias às famílias mais carenciadas.-----

Apelo ao executivo que se responsabilize pela maior divulgação deste fundo de apoio, que reforce o esclarecimento das regras e que ajude na formalização das candidaturas, pois sabemos bem que é preciso ter muita disponibilidade e capacidade de organização para orientar uma candidatura com demasiados requisitos.”-----

5. RELATÓRIO DE CONTAS 2020 - NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPessoal LDA

– Conhecimento

Não houve intervenções.-----

A Assembleia tomou conhecimento.-----

6. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO E 1.ª REVISÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – NAZARÉ QUALIFICA, E.M. UNIPessoal, LDA - Conhecimento

Não houve intervenções.-----

A Assembleia tomou conhecimento.-----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA OU DE PARTES DA MESMA, SE A ASSEMBLEIA ASSIM O DETERMINAR

Após leitura, a minuta foi aprovada, por unanimidade.-----

Por nada mais haver a tratar, sendo uma hora e trinta minutos do dia seguinte, o Senhor Presidente da Mesa deu os trabalhos por encerrados de que, para constar, se lavrou a presente ata, assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e por mim, Carlos José de Paiva Mendes, Coordenador Técnico, que a redigi e subscrevi.-----

Carlos José de Paiva Mendes
Carlos José de Paiva Mendes